

DF-Museu

WAGNER BARJA

Curador acumula desafios no Museu da República, mas não é oficialmente diretor da instituição

NAHIMA MACIEL

DA EQUIPE DO CORREIO

O plano museológico do Museu da República conta com 13 páginas e 11 propostas de programas a serem instalados no prédio que integra o Conjunto Cultural da República. A lista inclui projetos como Música no Museu, política de aquisição de acervo, atividades educativas, pesquisa e até um olhar especial para a arquitetura. Concebido por uma comissão intergovernamental formada por representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Educação e Cultura, além das secretarias de Educação e Cultura do Distrito Federal, o plano foi colocado no papel por Wagner Barja, que ocupa hoje a sala destinada ao diretor do museu – mas não é, de fato, dono do cargo.

"Sou um xerife sem estrela", brinca o curador e artista, que já dirigiu o Espaço Cultural Renato Russo e a Casa da Cultura da América Latina (CAL). O plano museológico contém as diretrizes da instituição e ainda não é definitivo. A aprovação dependerá de uma série de avaliações da comissão. Também não pode ser implantado imediatamente, já que o prédio do museu nem sequer tem habite-se e não está legalmente concluído. Por enquanto, Barja toca a pauta estabelecida antes de assumir o museu. A instituição recebeu cinco exposições desde que foi aberta ao público, no final do ano passado. De todas, a única que inquietou o curador foi a Semana de Ciência e Tecnologia.

Encerrado no último domingo e realizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o evento danificou o patrimônio ao instalar uma enorme tenda ao lado do museu. Para fixar a estrutura, foi necessário perfurar o solo da aérea externa do prédio. Além disso, não houve contrapartida alguma para o local. O Museu da República também abriga parte do acervo do Museu de Arte de Brasília (MAB), fechado por tempo indeterminado para reformas. Para o ano de 2008, Barja agendou algumas exposições, como a itinerância da Bienal do Design de São Paulo, com curadoria de Fábio Magalhães, outra de gráfica suíça e uma terceira de peças do Museu Fuji, de Kioto, para comemorar os cem anos da imigração japonesa no Brasil. Abaixo, Barja fala sobre as dificuldades enfrentadas nos dois meses em que está à frente do Museu da República e o conteúdo do plano museológico.

Malabarismos no improviso

O que guiou a comissão ao conceber o plano museológico do Museu da República?

Fui convidado a escrever o primeiro documento para a gente ter uma base de discussão. Com os estudos que fiz anteriormente, escrevi o que seria esse museu. Já existia um regimento interno, mas não um conceito delineado. O plano estabelece o que o museu vai realizar de projetos, o que vai ter de programas e questões como o museu possuir acervo ou não. No meu entender, não há museu sem acervo. Outra coisa que ficou clara para mim é que eu ficaria aqui se houvesse a possibilidade de trabalhar com acervos. Temos estudado a destinação desse espaço e é possível ter acervo. Há o programa museológico, a museografia, a pesquisa e o espaço para acervos internos e externos. E o conjunto de obras do MAB, que é maravilhoso e foi feito com projetos de fomento e aquisição.

E como seria o acervo do Museu da República?

Existe uma matriz conceitual para o acervo que parte do moderno, porque a gente está numa estrutura moderna, que é a Esplanada. Ela parte dessa base para a arte do século 21. Por exemplo, o MAB conta um bom período da arte brasileira. Tem Lygia Pape, mas não tem Hélio Oiticica, Lygia Clark, Aloysio Carvão. O que não tem lá, a gente tentaria buscar numa política aquisitiva que pode ser traçada à medida que o museu se institucionalizar. Já temos um projeto de aquisição, por meio de prêmios ou de convite.

Mas o acervo do MAB vai ser do Museu da República?

Não, mas ele pode ser compartilhado conosco.

O que é esse compartilhado? Ficar guardado aqui?

Na visão contemporânea, o acervo tem que estar em circulação e ser acessível ao público. O conjunto de obras do MAB está aqui por uma questão circunstancial, mas pertence ao MAB. Acima do museu, está o Governo do Distrito Federal. Então, o acervo é do GDF. A exposição pode ser em qualquer lugar do mundo. A guarda e a manutenção devem ser pertinentes ao dono. Me foi solicitado que abrigasse o acervo do MAB e eu achei bom, porque é uma prova de que podemos ter acervo aqui dentro. O conjunto do MAB está muito bem guardado. Isso não significa que sejamos um depósito de obras. Estamos compartilhando uma política. Combinei com Bené (Fonteles, curador do MAB) e Glênio (Lima, diretor do MAB) que, enquanto o acervo estiver aqui, a gente trabalha para o ano que vem uma proposta de conservação preventiva. O museu também pode se prestar a esse serviço.

Você falou em conceito. Qual é o do Museu da República?

A matriz mínima é a modernidade, porque a gente tem que saber de onde veio. O museu, em termos de acervologia, tem que estar muito bem preparado para receber peças. Não adianta acolher uma obra maravilhosa e não ter como cuidar. Tecnicamente, estamos perfeitos, mas não podemos começar a receber muita coisa. Em termos de arte moderna, precisamos procurar o que os acervos de Brasília não têm.

Mas isso é um plano, uma proposta. Em que parte desse plano o museu está hoje?

A gente está numa fase indefinida. Esse museu é um projeto de 1962 e foi construído com 45 anos de atraso. Estamos correndo atrás do prejuízo. O que não pode é haver discrepância conceitual. Dinheiro, acervo, equipamento para viabilizar os programas que o museu deve ter, a gente vai conseguindo, são conquistas pequenas que aos poucos se tornam grandes. Quando olhamos para trás e observarmos que não houve discrepância conceitual, mesmo que as conquistas materiais não tenham sido tantas, não vamos sentir muito desânimo. Mas quando você conquista coisas materiais de grande vulto e não consegue preencher com os devidos conteúdos, aí é ruim.

Como assim?

Essa exposição que houve aqui agora. Discordei totalmente. Vejo que houve um retrocesso na avaliação desse evento (Semana de Arte e Tecnologia). A arte sempre andou de braços dados com a ciência e Brasília hoje é um celeiro de arte e ciência. Poderíamos estar mostrando isso com mais eficiência. Houve conquistas materiais porque o Ministério da Ciência e Tecnologia investiu muito em termos de tecnologia digital na biblioteca – e deve investir no museu também. Mas o alinhamento conceitual entre a figura do museu e a do ministério é que não foi bem cuidado.

Por que isso aconteceu?

Quando cheguei, essa exposição já estava agendada. Ainda me sentei com os organizadores e a pessoa que estava coordenando conseguiu tirar muita coisa. Foi uma lição para estarmos mais atentos quanto a esse tipo de programação. Para mim, é uma página virada, embora tenha me desgastado muito porque tive que denunciar no Iphan a agressão ao patrimônio público. A gente não imaginou que o volume do projeto ia ser essa coisa exacerbada. Daqui para frente, vamos tentar nos proteger. A Semana de Ciência e Tecnologia é bem-vinda porque a ciência está na nossa missão, mas quando estiver de braços dados com a nossa cultura artística. Tentamos de toda forma patrocinar uma exposição de arte e tecnologia da imagem, mas não conseguimos. Daí, vi a incompatibilidade. Se o recurso não pode patrocinar a arte, o que está fazendo no museu? A coisa não pode ser feita dessa forma. O museu não é uma extensão administrativa da Esplanada dos Ministérios.

Qual o seu cargo no museu?

Sou um xerife sem estrela no peito. Enquanto o museu não se institucionaliza, eu sou apenas um representante da comissão.

Você é chamado de diretor...

É, as pessoas chamam, o próprio governador, o secretário (de Cultura, Silvestre Gorgulho). Fui convidado para dirigir o museu. Mas é como se fosse casar com uma moça que está do outro lado do mundo e que só conheço por internet. Sou um servidor público, estou aqui, tenho minhas convicções e acredito que esse museu veio para transformar alguma coisa nessa cidade e que ele tem que cumprir seu papel. Não pode ficar muito tempo em banho-maria.

Carlos Moura/CB



O que há de mais urgente?
A normatização. O museu precisa ser entregue à sociedade legalmente, ter o seu habite-se. Ainda estamos fazendo os contratos de manutenção para a obra ser finalizada, porque ela foi feita de forma aleatória. Essa construção foi tocada apressadamente e concluída para ser inaugurada no final do governo anterior. E entregue à sociedade sem as prerrogativas jurídicas que são imprescindíveis. Além de ter que colocar para funcionar uma coisa que não deveria estar dessa forma, estamos tratando de uma legalização. Temos que olhar um pouquinho para trás e ver como é que isso foi entregue à sociedade. Tudo o que se precisa para haver um equipamento do Estado funcionando não foi feito.

O museu já abrigou exposições suficientes para os artistas notarem as dificuldades de ocupação do espaço, como a iluminação. Durante a montagem da exposição *O círculo*, alguns artistas se queixaram de que

havia restrições para montar suas instalações no chão do museu porque há uma série de medidas para proteger o carpete. Há planos imediatos para resolver esses problemas?
Acredito que até o fim do ano a gente tenha um parque mínimo de iluminação, porque nos foi entregue um museu sem isso. Estamos trabalhando no improviso. Ou você fecha e resolve tudo isso daqui a três anos, ou coloca para funcionar e diz: "Olha, o problema é esse". Quanto à questão do carpete, acredito que ele tenha que ser mudado quando tivermos condição. O problema desse museu não é mostrar o velho e o novo, o problema é a expografia. Ela tem que ser obrigatoriamente contemporânea para poder conversar com a monumentalidade. E as escadas são vencidas se você tiver um pouco de inteligência. A exposição *O círculo* ensinou muita coisa porque foi uma exposição processo. Não fiz muita questão de ficar escanhado A ou B, eu queria abrir as portas para a comunidade artística se sentir dona do espaço. E os artistas me ensinaram a entender como você vence essas escadas. Senti que o museu estava preenchido, daquela forma humilde e sem recursos. E foi a melhor exposição que fizemos aqui no que diz respeito à ocupação do espaço.